

**REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA DO MERCADO HABITACIONAL
E ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL
EM JOÃO PESSOA (PB)**

Alain Morice
Pesquisador-visitante do Mestrado
em Ciências Sociais/UEPB)

As altíssimas taxas de rotatividade que se encontram na construção civil brasileira inspiram comumente uma interpretação técnica. Assim, a mobilidade sofrida pela mão-de-obra seria uma mera consequência das particularidades deste ramo, ou seja: o caráter imobiliário do produto final, necessário deslocamento dos canteiros de obras, a sucessão de processos produtivos numa dada obra e, por fim, a difícil constituição de uma classe operária qualificada e, portanto, estável. Sem diminuirmos a participação desses fatores na instabilidade da força operária, queremos sugerir três orientações a serem ilustradas a partir do caso de João Pessoa.

Em primeiro lugar, analisar a rotatividade sem adotar uma visão histórica e diversificada, é se expor a simplificações polêmicas. Quer seja no decorrer do tempo, nos vários sub-ramos da construção ou ainda dentro da categoria, existem diferenças ou evoluções significativas. Menos do que pela sua importância enorme, a rotatividade chamará a nossa atenção pelas diversas formas que ela toma.

Segundo, apesar de se referir a fatos conhecidos, a interpretação propriamente político-financeira da rotatividade raramente é destacada na sua dimensão global. Por "político-financeira", entendemos qualificar os sistemas complexos de decisões e de controle orçamentários que se desenvolvem em

todos os níveis; os poderes públicos, a classe empresarial, assim como os operários.(1)

Afinal, a rotatividade dificilmente pode ser encarada como aspecto independente de outros traços do ramo que, num dado momento e lugar, apresentam, em se combinando, um perfil original de mão-de-obra. Evocando uma outra questão básica, ou seja, a divisão social da categoria através da qualificação, lembraremos a dialética que existe entre a mobilidade, o saber operário e o nível de salário.

Para tanto, partiremos de várias tendências observadas na evolução do mercado imobiliário pessoense, fazendo a hipótese de que esse caso, mesmo que pouco representativo da situação brasileira em geral, oferece uma significância teórica que ultrapassa os limites da capital paraibana.

CRESCIMENTO DE JOÃO PESSOA: O IMPULSO DOS CONJUNTOS

O crescimento de João Pessoa manifesta descontinuidades e complexidade.(2) Pode ser dividido em três processos principais, parcialmente superpostos na cronologia, a partir dos quais se estruturou o ramo da construção e, portanto, a mão-de-obra deste.

Primeiro, com a progressão da cidade em direção ao mar, em seguida o loteamento da orla marítima, os bairros "nobres" conheceram uma extensão notável, que se traduz hoje por uma forte especulação nos terrenos do litoral, bem como uma (ainda tímida) tendência à verticalização dos edifícios. Acompanharam esse processo custosas obras infraestruturais e empreendimentos prestigiosos, no intuito de atender às necessidades de uma classe média-alta em rápida formação através da subvenção federal à economia pessoense.(3) Vale indicar que a participação dos recursos públicos nessa expansão foi e permanece preponderante, direta e indiretamente.

Segundo, talvez o mais significativo na expansão da capital fosse a construção maciça de conjuntos habitacionais pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação), cujas casas abrigam hoje uma população heterogênea e são também objeto de várias formas de especulação. Voltaremos a analisar esse processo, de muito peso nas particularidades atuais das empresas locais de construção.

Terceiro, embora não sejam geralmente identificados como integrantes do setor imobiliário, tem de assinalar a propagação das favelas na década

de 1980, com uma aceleração recente desde a campanha municipal de novembro de 1988. Estas, provavelmente mais de cem, são espalhadas na cidade (e não somente nas suas margens) e abrigam cerca de um quinto da população pessoense. São focos de competências para a construção civil, tanto mais que a formação delas tem muito a ver com a atração de pessoas do interior por este ramo, inclusive aquelas que adquiriram uma qualificação nas cidades do sudeste. Certas entre elas se tornaram verdadeiros bairros, e se observa também, como nos bairros nobres, uma tendência à especulação e ao aumento da densidade da ocupação do solo.

Até o final de 1986, quando os novos projetos entraram nas gavetas dos órgãos públicos, nos parece que os programas de habitação "popular" foram o elemento motor desse triplo boom imobiliário, diretamente com a construção das casas, e indiretamente com as perspectivas abertas por essa explosão da cidade para as demais obras. A criação dos conjuntos se caracteriza como segue.

1o. O calendário de execução é bastante defasado em relação com a evolução do parque nacional. Desde 1967, data das primeiras entregas de casas, até 1986, quando foi extinto o BNH (Banco Nacional de Habitação), calcula-se que quase 80% das unidades foram realizadas após 1978, isto é, enquanto o mercado habitacional brasileiro já estava entrando na sua primeira e profunda recessão.(4) Ademais, os dois maiores conjuntos da cidade foram erguidos em plena crise, ou seja, depois de 1982. Isso nos permite apontar o papel, sem dúvida decisivo, das relações políticas das autoridades estaduais em nível federal para incentivar as obras públicas numa conjuntura debilitada. É interessante anotar, por outro lado, que esses conjuntos foram realizados com padrões tecnológicos péssimos, no momento em que começavam a ser discutidos, sob a égide do BNH, os problemas cruciais da inovação e da racionalização da produção no setor habitacional.(5)

2o. No entanto, mesmo após 1978, a observação do número de casas concluídas por ano revela grandes irregularidades. Aí chegamos à questão da descontinuidade no financiamento da construção, que é básica numa apreciação política de certas formas de rotatividade. Dois fenômenos a serem destacados são a aceleração da programação (e, por um efeito de encadeamento, da criação de novos projetos) em cada último ano dos mandatos dos governadores e prefeitos por um lado(6) e, por outro, a freqüente interrupção das obras iniciadas anteriormente aos mesmos. Em outras palavras, apesar de um

crescimento global, não pode existir planejamento na construção civil ligada à habitação "popular". Numa certa medida, veremos que a incerteza quanto à continuidade no financiamento tende a se tornar uma regra no ramo inteiro, explicando, no caso de João Pessoa, o número elevado de empreiteiras criadas ou desativadas.

3o. Para além dos necessários movimentos de sanfona levados por essa instabilidade política, a participação dos conjuntos no parque habitacional pessoense é enorme: com mais de 30.000 unidades para uma população de cerca de 420.000 habitantes em 1986, calcula-se grosseiramente que um terço dos pessoenses moram "no conjunto". Essa proporção é raramente verificada nas capitais maiores. A mobilização da força de trabalho foi, portanto, intensa, tanto mais que se trata de uma arquitetura rudimentar, envolvendo principalmente uma mão-de-obra não qualificada, com prazos de entrega apertados. Ainda hoje, enquanto o setor das edificações privadas cresceu muito e já houve um retorno de operários qualificados em outros estados, o desprezo da categoria por parte dos empregadores toma frequentemente essa forma: "Fora os conjuntos, o 'peão' não sabe fazer nada." Significativamente, tais reflexões traduzem as dificuldades atuais da construção civil quanto à sua herança tecnológica.

4o. Devido à abundância de terrenos de propriedade pública no município, geralmente bastante longe do tecido urbano, os conjuntos habitacionais oferecem duas outras singularidades, ou seja: por um lado, são constituídos principalmente de casas térreas (as mais recentes podem ser de um andar); por outro, os maiores oram localizados em áreas extensas, no sul do principal eixo de comunicação interurbano, separados do resto da cidade, bem como do litoral, por imensos espaços baldios. A infraestrutura que abastece esses conjuntos é hoje a ocasião de uma alta valorização dos terrenos intermediários e de empreendimentos turísticos faraônicos na costa sul. Assim se verifica o papel motor da política habitacional "popular" e se anunciam as contradições de uma profissão ainda mal preparada para entrar em outros tipos de mercados, pois abrindo brechas para a atuação das firmas "estrangeiras" (ou seja, não paraibanas).

TENSÕES NA CONSTRUÇÃO CIVIL PESSOENSE

Em suma, a tendência recessiva da economia brasileira a partir do

final dos anos 1970 contribuiu a forjar um perfil original da construção civil em João Pessoa. O ramo se estruturou, tarde mas rapidamente, a partir de uma injeção vultosa de verbas públicas, atrasando a mobilização de recursos próprios. A partir de 1986, e mesmo antes, ele enfrentará um duplo desafio: o corte nos financiamentos de origem federal e a acentuação da concorrência interna e externa. Isso, considerada também a rápida valorização dos terrenos, vai se traduzir por um aumento relativo das encomendas privadas, ou seja, a incorporação e as casas particulares (construções e reformas). Conseqüentemente, ocorrerá uma certa remoção da mão-de-obra em direção aos edifícios e ao setor do biscate.

Voltando à situação anterior a 1986, a subvenção federal à economia imobiliária trouxe consigo várias distorções que, sem serem peculiares de João Pessoa, nesta cidade tomaram formas agudas. Apadrinhamento, editais de concorrência com "jogos de cartas marcadas", licitações de "pacotes de obras" previamente loteados, tráfegos de influência e generalização da "Caixa 2" para financiar as campanhas eleitorais marcaram a emergência do ramo da construção, isto é de domínio público. Chama nossa atenção o fato de que tais práticas começaram a ser amplamente denunciadas pelo próprio Sindicato da indústria da construção – nos mesmos termos que acabamos de usar(7) – quando se agravou a concorrência com as empreiteiras não paraibanas, que aproveitaram uma maior margem de manobra financeira para penetrar o mercado das obras públicas de João Pessoa. Entre as dez "propostas de obras governamentais" por este sindicato (ver nota 7), vale citar a primeira: "Não permitir o agenciamento – (Isto porque o autofinanciamento gera discriminação das empresas de menor porte, encarece os custos das obras, estimula a sublocação de serviços gerando altos lucros para empreiteiros, além de se constituir numa transação de lisura duvidosa que comumente envolve a partilha de comissões entre os 'intermediários' de contratos e dirigentes de órgãos públicos)."

Este diagnóstico, ainda que deformado porque tende a fazer acreditar que um segmento inteiro da profissão é liso, dá um retrato interessante da atual situação conforme foi herdada. Podemos completá-lo da seguinte maneira.

Em primeiro lugar, o freqüente sobrefaturamento das obras contratadas junto ao setor público não impediu a ativação das empreiteiras médias.

Pelo contrário, multiplicou-se o setor da subcontratação (por administração ou por tarefa) e, portanto, o número de "gatos" e outras empresas "por acaso" (segundo as palavras de um dirigente). Conseqüentemente, a economia nos materiais e na mão-de-obra, a clandestinidade e a rotatividade se tornaram características duráveis do ramo. Isso quer dizer também que as fortunas individuais e as posições respectivas das empresas são muito incôntantes, dependendo de uma classe política em perpétua mudança. Há em João Pessoa vários casos de firmas castigadas depois das eleições por terem feito a campanha do candidato derrotado.

Verifica-se, por outro lado, a questão fundamental do capital na continuidade dos projetos, salientando que não se trata apenas das obras públicas mas de todos os projetos que necessitam um apoio da rede bancária, ou seja, do principal da construção civil. Ilustra isso o número, sempre importante na capital paraibana, de obras paradas após os trabalhos de infraestrutura, esperando a liberação das verbas e deixando aos "gatos" a responsabilidade de assumir os inevitáveis movimentos de admissões e dispensas vinculados a essa instabilidade financeira.(8)

Observou-se assim, nesses últimos anos, inclusive entre as maiores obras da capital contratadas por empresas de "fora", maciços desligamentos de operários sem razão aparente, de um dia para o outro, porque o serviço foi desativado pela falta de recursos. Outros fatos, como os desentendimentos entre donos, o encarecimento dos materiais, as modificações no projeto inicial, ou ainda a falta de respeito ao Código de Urbanismo, contribuem para alimentar um alto nível de rotatividade de mão-de-obra. Nos casos em que a firma tem um capital de giro suficiente para manter a produção com os seus trabalhos ao volume das finanças disponíveis, muito mais que às mais racionais opções técnicas por um lado, e por outro, limitar tanto quanto possível os investimentos em bens de produção, preferindo-se a utilização de mão-de-obra sem qualificação nem estabilidade. Assim, na espera de uma hipotética liberação de fundos bancários, uma das maiores obras privadas da capital, não somente funciona com apenas um terço dos operários que poderia incorporar, adicionando de vez em quando turmas de serventes por "experiência", mas também fez as escolhas tecnológicas mais clássicas (como escavações manuais, betoneiras na obra, escoramento de madeira, formas de tábuas, etc.) O círculo vicioso é evidente, uma vez que, mesmo com custos em mão-de-obra que raramente ultrapassam 20% do valor do serviço, tais opções encarecem, em nível da profissão inteira, os orçamentos médios da construção

civil, acelerando por sua vez a rarefação das verbas e a luta pelo acesso ao mercado financeiro.

Com efeito, observamos agora, para finalizar, uma concorrência acentuada entre as empresas nos processos de conversão parcial da profissão para o setor da incorporação e de penetração dos empreendimentos públicos pelas firmas de outros estados. Isso se tornou uma preocupação da fração esclarecida dos donos das construtoras paraibanas, hoje pregando a necessária modernização, como único meio para enfrentar o que interpretamos como uma profunda racha no antigo sistema de financiamentos por apadrinhamento, devido à crise. Conforme as próprias palavras desses dirigentes, a construção civil sofre de "falta de planejamento", ela é "artesanal, doméstica", e o empreiteiro, é "imediatista." Sair vitorioso da concorrência significa, para eles, aumentar a produtividade e, para tanto, acabar com essa característica da construção civil que faz com que "aqui, praticamente a mesma equipe faz tudo," doravante apenas admitindo pessoal altamente "capacitado". No entanto, além de geralmente não se responsabilizarem pela baixíssima remuneração média da força de trabalho, que não representa um incentivo para a formação de uma classe qualificada, esses empresários, se mantêm numa posição inconfortável frente à questão da estabilidade da mão-de-obra, como veremos agora.

VÁRIOS TIPOS DE ROTATIVIDADE

Quem pensa em construção civil pensa em rotatividade. Este conceito abrangente resume todos os movimentos internos e externos de pessoal que conhece o ramo. Na prática, além de conterem um viés — já que, salvo certas pesquisas com amostra, tratam apenas do trabalho com registro —, as estatísticas escondem realidades diversas. Por exemplo, parece difícil de dar a mesma significação à transferência do operário X (com um mês pago de aviso prévio entre duas obras da mesma firma), à dispensa do operário Y (numa conjuntura de recessão), ou ainda à substituição do operário Z (pelo operário Z no mesmo serviço).

Partindo do ponto de vista de um empregado pessoense, podemos pelo menos discriminar três tipos básicos de rotatividade:

quais conjunturas um operário pode ser levado a deixar uma firma, quer para voltar no interior, quer para ficar "parado" na cidade, quer ainda para "pegar um biscate." Encontramos dois fatores principais e estreitamente vinculados, isto é: as condições na empresa e o volume global de emprego na construção civil.

A CONSTRUÇÃO CIVIL É TAMBÉM UMA PORTA DE SAÍDA

As condições na empresa, em termos de contratação, salário, relacionamento com os chefes, etc., são causas de uma proporção significativa de movimentos de ida e volta entre ela e o campo. Nossos dados empíricos parecem confirmar que, na capital paraibana, o principal reservatório em mão-de-obra da construção não é tanto o sertão (que, muitas vezes, alimenta diretamente o sudeste) como a zona litoral e o próximo brejo. Ou seja, áreas onde existem possibilidades sazonais de alternar o trabalho na roça ou na agricultura capitalista e os serviços na construção urbana. Isso indica que a migração para a cidade não é somente uma migração de expulsão do campo ("push effect") mas também uma migração de apelo ("pull effect"), notadamente em função das necessidades da construção civil, submetendo os candidatos a emprego a uma apreciação comparada das duas situações — sendo essa estratégia, na realidade, muito mais uma repartição de forças em nível familiar do que individual.

Deve-se, portanto, relativizar a fórmula consagrada, apresentando a construção civil como uma "porta de entrada" para o emprego urbano, uma vez que apenas uma fração dos migrantes tem chance ou vontade de se fixar nela, consideradas as péssimas condições estatutárias e salariais que ela oferece, sem evocar a permanente humilhação que resume a situação do "peão" de obra. Além disso, essa fórmula deixa supor que a construção abre acesso para empregos em outros ramos, o que é raramente verificado em João Pessoa, e também que não existem outras "portas de entrada", o que é exagerado.

Ademais, embora seja inegavelmente positivo o saldo migratório global em favor da cidade, quando examinarmos o volume médio de obras concluídas por ano, não é muito óbvio que o número de empregos gerados pela construção civil cresceu muito há 10 ou 15 anos na capital paraibana. Pelo contrário, a época dos grandes conjuntos habitacionais mo-

bilizou provavelmente mais força de trabalho do que o atual boom imobiliário privado. Por razões metodológicas evidentes, um dos maiores defeitos dos estudos sobre o operário da construção é que eles deixam de lado aqueles que saíram do sistema ou que simplesmente estão afastados do ramo formal no momento da pesquisa, quer no interior, que no subemprego urbano.(10) No entanto, lembrando-se a extrema importância da rotatividade do terceiro tipo, pode-se inferir que a construção civil rejeita constantemente uma quantidade considerável de força de trabalho. Em outros termos, que ela também, por sua vez, participa de uma migração de expulsão, seja ela temporária ou definitiva.

Assim, mostra seu caráter ideológico a teoria, popularizada nos primeiros anos de existência do BNH, conforme a qual a construção civil seria uma solução para absorver uma mão-de-obra excedente oriunda do campo e, portanto, sem qualificação. Invertendo a proposição, é válido conjecturar que a manutenção desse tipo de mão-de-obra, particularmente exposta à rotatividade, é, muito mais do que da oferta de força de trabalho, um efeito da demanda desta, em função de decisões político-financeiras.

Outrossim, parece também enganoso analisar, como acontece frequentemente na imprensa, o desenvolvimento do setor "biscateiro" como uma mera consequência da crise nas empresas formais, uma vez que, em João Pessoa e ainda mais nas cidades industrializadas, sua expansão tem muito a ver com as insignificantes perspectivas salariais e estatutárias que prevalecem na categoria. A respeito disso, é preciso indicar que, até nos períodos de alto faturamento, as empreiteiras pessoenses têm poucas condições de controlar a evasão dos profissionais para o setor do biscate.

Combinam-se, desse modo, em se contradizendo, várias formas de rotatividade. Quando se deve aos incessantes movimentos de contração e expansão da construção civil, por razões políticas gerais, é principalmente sofrida pelo pessoal sem qualificação; quando reflete dosagens variáveis entre os trabalhos formal e informal, embora atinja a categoria inteira, tende a freiar a profissionalização dentro das firmas; e, para finalizar, quando é relativa às tensões que existem na política de gestão da mão-de-obra, encontra entre os próprios operários vários motivos para se manter, como veremos a seguir.

A ROTATIVIDADE CIRCULAR: UM FENÔMENO CONTRADITÓRIO

Aparentemente, que seja vista do lado do empregador ou do empregado, a rotatividade apresenta aspectos paradoxais. A partir da nossa experiência em João Pessoa, destacam-se as seguintes observações.

1o. — A rotatividade passou a ser uma característica "normal" da construção civil na visão patronal. É evidentemente uma tendência enraizada da política dos construtores de evitar a estabilização contratual da força operária num quadro permanente da empresa principalmente quando se trata de pessoal não qualificado. Na visão dos empregadores, institucionalizar a precariedade da mão-de-obra significa adaptar mais facilmente o volume de admissões ao mercado, assegurar uma flexibilidade na repartição qualitativa dos operários no decorrer da obra e evitar um certo número de gastos trabalhistas e previdenciários ligados à permanência de funcionários na firma. Para tanto, o ramo recorre a várias práticas conhecidas:(11) contratos por "experiência" fictícia, atraso no fichamento da carteira, dispensas disfarçadas em "necessidades de serviço," contratação de tarefeiros e, sobretudo, manutenção de um setor de subcontratação fora da legislação trabalhista. Numa palavra só, é a clandestinidade que, nas suas várias formas, permanece a alavanca da rotatividade, indicando claramente que se trata de uma política. Os depoimentos que recolhemos não deixam qualquer dúvida quanto a isso, uma vez que as práticas acima enumeradas se tornaram tão comuns que são evocadas sem receio pelos interessados.

2o. — Simultaneamente, como vimos, a péssima qualificação dos operários, a baixa produtividade e a má qualidade das construções não deixam de constituir uma preocupação da classe patronal, pelo menos dentre a fração a mais avançada desta (isto é, a mais exposta pela luta no mercado à necessidade de modernizar). Assim, nos mesmos depoimentos (ou em outros), registram-se freqüentes queixas sobre a impossibilidade de fixar na firma uma mão-de-obra profissionalizada. Até se encontram donos de empresa que, para além da verossimilhança, declaram que se comprometeriam em providenciar qualquer nível de salário e total estabilidade a quem justificasse um bom desempenho. Pode-se anotar aqui uma confusão mantida entre a questão da mobilidade dos profissionais e a dos serventes, estes últimos raramente sendo o alvo de qualquer política de fixação. No entanto, de modo geral, o discurso patronal tende a associar a

rotatividade à má qualificação do operário, culpando este da impossibilidade de oferecer-lhe uma carreira na firma. Ao lado de considerações supostas essenciais ("ele é migrante, portanto é ignorante"), encontramos uma série de argumentos sobre a mentalidade "vagabunda e nó cego" que prevalece na categoria.

3o. — Essa tendência dos empresários em se apresentarem, enquanto indivíduos, como vítimas de uma situação que, enquanto classe, contribuem a produzir é tanto mais perversa porque reflete, claro, uma parte de verdade. De fato se é vista em nível superficial, a participação dos operários à sua própria mobilidade é muito maior do que se pensa geralmente. Podemos afirmar — embora esta pesquisa seja feita sem amostra e, portanto, não se pretenda representativa — que, fora os movimentos cíclicos do emprego acima evocados o número de demissões voluntárias ultrapassa as dispensas por iniciativa do empregador. Ou seja, que a situação geral nas obras, em termos de salário, relações hierárquicas e disciplina, condições de trabalho, valorização das capacidades do operário, acomodação e, antes de tudo, precisamente contratação, são suficientemente insuportáveis para que, na maioria dos casos, a firma não necessite tomar a iniciativa formal da dispensa. Ainda mais isso acontece no meio dos mestres de obra que viram "gatos", onde podemos destacar a generalizada burla no pagamento e a recusa a assinar a carteira como as duas principais causas de demissões "voluntárias". Eis a força ideológica do sistema, que parece repassar para o trabalhador a iniciativa da sua instabilidade.

4o. — Às vezes mais ativamente, os operários participam na sua própria rotatividade. Em primeiro lugar, apontamos várias manifestações de resistência ou de simples inadaptação ao universo "amassador" da construção, que constituem um conjunto de causas para ser mandado embora: atraso para "pegar" na segunda-feira para quem viajou no interior, freqüentes acidentes e atestados (os "bombril"), embriaguez, brigas, esconde-esconde com os encarregados, etc. Tais acontecimentos reforçam, por sua vez, o discurso patronal dominante, disposto a ver nisso uma confirmação da mentalidade "inconsciente, atrasada, batalhadora" ou ainda "preguiçosa" do "peão", poupando uma interpretação ao nível das condições que prevalecem no ramo e que, claro, constituem um foco para atitudes de resistência.

Em segundo lugar, embora favoreça de numerosos modos a rotatividade selvagem,⁽¹²⁾ a lei trabalhista oferece várias vantagens ao operário na hora do

desligamento, compensando parcialmente um nível de salário que permanece historicamente abaixo das necessidades vitais. Quase nunca esta lei fica aplicada ao pé da letra, uma vez que, no melhor dos casos, os direitos do funcionário dispensado são calculados sem tomar em conta a retribuição "por fora" (ou seja prêmios, "serão", produção e tarefa). Mesmo assim, contudo, observa-se na categoria uma tendência constante a pedir as contas, até nas "boas firmas, para reequilibrar o orçamento, enfrentar gastos inesperados, ou ainda se constituir um capital de biscateiro. Uma forma particular desse processo se baseia numa cumplicidade efetiva entre as duas partes: é o "acordo" (ou seja, uma dispensa fictícia seguida por um período de clandestinidade, e depois eventual readmissão) que, apesar de sempre prejudicar as contas do dispensado (via de regra não recebe o aviso prévio), representa para ele a entrada de um "dinheirão" na hora. Essas dispensas provocadas denunciam a articulação existente entre o baixo nível dos salários e a rotatividade. Lembramos aqui também os incessantes movimentos de ida e volta entre as empresas e o biscate, traduzindo uma estratégia comum: o operário alterna o trabalho "fichado", para ter acesso aos direitos previdenciários, e o "clandestino" que, em princípio segura uma maior renda. O conjunto desses comportamentos de sobrevivência amplamente explica que, longe de resistir à política empresarial de rotatividade, os trabalhadores, muitas vezes, antecipam-na.

5o. — Finalizando, anotaremos que a rotatividade pode se dar bem com a fidelidade. Analisando não somente as trajetórias bastante desordenadas de cada operário mas o denso sistema de interrelacionamento que se tece numa capital média como João Pessoa, verificam-se, para além dos incessantes movimentos individuais, inúmeras manifestações de preferência. Que se trate de apadrinhamento, de laços entre parentes ou conterrâneos, de obrigações entre quem ensinou a profissão e quem recebeu a classificação, ou então da simples gratidão para quem "quebrou um galho" num momento difícil, a distribuição dos empregos na categoria deve pouco ao acaso. Apesar de raramente segurarem uma verdadeira estabilidade para aqueles que caem na sua proteção, os varios mestres da cidade se constituem uma rede em que costumam mobilizar a mão-de-obra conforme as necessidades dos serviços. Ademais, aprisionados por um conjunto de relações sociais paternalistas, os operários, não raro, voltam a trabalhar com o mesmo mestre, ontem indicado como o pior dos

exploradores. Isto porque a própria posição do mestre na produção é suficientemente contraditória para evitar que se desenvolva uma opinião puramente negativa sobre ele. Tomando o exemplo dos serventes, observamos que o casal rotatividade-fidelidade consagra uma divisão, quase institucional na construção civil brasileira na ausência de formas externas de reconhecimento da profissionalização, ou seja, entre a classificação (na carteira) e a qualificação (real). O poder discricionário do mestre faz com que o saber acumulado do servente continue um "capital", por assim dizer, muito vulnerável: tendo nas suas mãos a chave da classificação, ele pode vincular o servente à empresa, já que este, se fosse mudando de emprego, correria o risco de perder esse "capital". Os donos de firma são muito "sabidos" na arte de manter essas situações de expectativa, fonte de lucro para eles, ao mesmo tempo que isso mostra os limites do discurso dominante sobre a "má qualificação do peão".

O PROBLEMA DA MODERNIZAÇÃO É MAIS SOCIAL DO QUE TÉCNICO

Em suma, juntando as cinco observações acima, pode-se inferir que a classe patronal não tem um domínio completo da rotatividade que sua política cria. O mesmo raciocínio poderia ser feito no que diz respeito à qualificação do operário. Pesquisas, debates e projetos sobre a racionalização do ramo se tornaram numerosos nesta década,⁽¹³⁾ mas permanece escassa a reflexão sobre as mudanças na condição do "peão" da obra nesse processo, notadamente sobre a composição e o nível histórico do salário na construção civil brasileira. A não ser que se adote uma visão neoclássica, há motivos para se pensar que a permanência de salários baixíssimos, bem como de incentivos à produtividade fora da folha de pagamento e outras formas de clandestinidade, não é um efeito de um excedente estrutural de mão-de-obra, nem das características intrínsecas desta. É um elemento de um dispositivo político global, que envolve também alta rotatividade e fraca profissionalização: permanecendo decomposto numa série de itens técnico, sem dimensão social, o problema não pode encontrar solução.

NOTAS

- 1 Sobre os limites da explicação "física" da rotatividade, ver: Sônia Lemos Grandi, "Relações de trabalho e rotatividade na construção civil", São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979, p. 18-24; propõe uma interessante interpretação na rotatividade enquanto fenômeno disciplinar: Elizabeth Silva Sztutman, "Política empresarial de controle da força de trabalho: rotatividade como dominação", São Paulo, USP, 1981, resumida p. 217-9.
- 2 Para uma periodização mais fina e completa, o trabalho de referência é: João Roberto Lavieri, Maria Beatriz Ferreira Lavieri, "Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa: em direção à seletividade na ocupação do espaço - 1960/1986," João Pessoa, NDIHR/UFPb, 1987.
- 3 Nosso texto anterior: "Os trabalhadores da construção civil em João Pessoa: primeiras reflexões," João Pessoa, MCS/UFPb, 1988, p. 1-13, apresenta com mais detalhes o modelo de interpretação da economia subsidiada.
- 4 Essa avaliação e outras a seguir são feitas a partir de várias fontes, entre as quais: Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira, "Trajetórias ocupacionais e reprodução da força de trabalho urbana", João Pessoa, MCS/UFPb, 1988, p. 73.
- 5 Ver: Gabriel Bolaffi, "A questão urbana - Produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho", "Novos Estudos Cebrap", vol. 2 n. 1, abril 1983, p. 61-8 e notadamente p. 63.
- 6 Sobre os "prazos políticos", ver: Nilton Vargas, "Tendências de mudança no processo de trabalho na construção civil", São Paulo, UNICAMP-USP, 1988, p. 5.
- 7 Fala também de "corrupção" e de "concorrências fraudulentas" a capa do documento: "Dossiê da construção civil, Boletim informativo do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa, João Pessoa, s.d. (1987). A citação que segue é do mesmo documento, p. 3.
- 8 Faz alusão à rotatividade e ao subemprego "como decorrência da descontinuidade dos investimentos" o relatório: Fundação João Pinheiro, "Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção", Belo Horizonte, 1984, vol. 1, p. 246.

- 9 Propõe uma visão bastante desdenhosa do "biscateiro de carreira": Abdias José dos Santos, "O biscateiro - Depoimento de um trabalhador", Petrópolis, Vozes, 1981 (5. ed.), p. 21-3.
- 10 Por isso, ajudam à compreensão das saídas da categoria estudos que são feitos numa outra base, por exemplo o bairro ou a condição do migrante. Respectivamente ver: Maria Elzenita Braga, op. cit. e: Marilda Aparecida de Menezes, "Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba (Migração, família e reprodução da força de trabalho)", João Pessoa, MCS/UFPb, 1985.
- 11 Além de: Sônia Lemos Grandi, op. cit., cap. IV, VI e VII, ver: Nair Heloisa Bicalho Souza, "Construtores de Brasília - Estudo de operários e sua participação política," Petrópolis, Vozes, 1983, p. 152-6.
- 12 Sobre o "papel propulsor da rotatividade" da carteira profissional e a experiência, ver ainda: Sônia Lemos Grandi, op. cit., p. 82 e p. 83-5.
- 13 Ver um balanço desta questão em: Marta Ferreira Santos Farah, "Organização do trabalho na indústria da construção", S. Paulo, USP, 1988, p. 15-25.